

# The Elimination of Metaphysics Through Logical Analysis of Language

## *A Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem*

**Rudolf Carnap**

Tradução de William Steinle  
Departamento de Filosofia  
Centro Universitário Assunção (UNIFAD) – SP  
wjsteinle@yahoo.com.br

**Nota de apresentação:** Traduzido da versão inglesa “The Elimination of Metaphysics Through Logical Analysis of Language” (in *Logical Positivism* (1959), editado por Alfred Ayer), elaborada por Arthur Pap e autorizada pelo autor, Rudolf Carnap (1891-1970). A versão original desse artigo foi escrita em alemão e primeiramente publicada na revista *Erkenntnis* (vol. II), em 1932, sob o título “Überwindung der Metaphysik durch Logische Analyse der Sprache”. Por ser a versão inglesa mais difundida e discutida do que a original alemã – em parte, em virtude da grande popularidade do livro organizado por Ayer em que aparece –, uma tradução desta para o português parece-nos ter prioridade em relação à tradução da original, embora, é claro, desejamos que esta também seja feita. Vale ressaltar ainda que a versão que aparece em *Logical Positivism* difere consideravelmente do texto de 1932 (por exemplo, a seção 5 e as observações finais não constam no original alemão).

### 1. Introdução

Dos céticos gregos aos empiristas do século XIX, houve muitos *opponentes à metafísica*. Críticos de várias espécies apareceram. Muitos deles declararam que a doutrina da metafísica é *falsa*, já que ela contradiz nosso conhecimento empírico. Outros acreditam que ela é *incerta*, argumentando que seus problemas transcendem os limites do conhecimento humano. Outros tantos antimetafísicos declararam que a ocupação com questões metafísicas é *estéril*. Se essas questões podem ou não ser respondidas não o sabemos, mas é desnecessário nos debruçarmos sobre elas; deixem-nos partir para tarefas práticas, que se conformem mais às atividades diárias dos homens.

O desenvolvimento da *lógica moderna* possibilitou uma nova e contundente resposta à questão da validade e justificativa da metafísica. As pesquisas da lógica aplicada e da teoria do conhecimento, que têm como objetivo clarificar o conteúdo cognitivo dos enunciados científicos, e talvez o significado dos termos que ocorrem nesses enunciados, por meio da análise lógica, conduziram a dois resultados: um positivo, outro negativo. O resultado positivo é elaborado no domínio da ciência empírica; vários conceitos de vários ramos da ciência são clarificados; suas conexões lógico-formais e epistemológicas são explicitadas. No domínio da *metafísica*, incluindo toda a filosofia do

valor e as teorias normativas, a análise lógica conduz ao resultado negativo de que *os enunciados tratados nesse domínio são inteiramente sem significado*. Com isso, uma eliminação radical da metafísica é obtida, algo que não era possível nas teorias antimetafísicas anteriores. É verdade que ideias semelhantes talvez já possam ser encontradas em várias das antigas teorias, por exemplo, aquelas de espécie nominalista; mas é apenas agora, com a ferramenta suficientemente poderosa que o desenvolvimento da lógica em décadas recentes nos forneceu, que o passo decisivo pode ser dado.

Quando dizemos que os enunciados da metafísica são *sem significado*, tomamos essa expressão em sua acepção estrita. Numa acepção ampla da expressão, um enunciado ou uma questão é às vezes dita sem significado se é inteiramente estéril enunciar-la ou utilizá-la como uma pergunta. Podemos dizer isso, por exemplo, da questão “qual a média dos pesos daqueles habitantes de Viena cujo número de telefone termina em ‘3?’” ou de um enunciado que é obviamente falso, “em 1910 Viena tinha 6 habitantes”, ou ainda de um enunciado que não é apenas empírica, mas logicamente falso, um enunciado contraditório, “as pessoas A e B são cada uma delas mais velha que a outra”. Na verdade, tais sentenças são de fato significativas, embora não tenham utilidade [pointless] ou sejam falsas; pois são apenas as sentenças significativas que podem ser (teoricamente) divididas em fecundas e estéreis, verdadeiras e falsas. Num sentido estrito, entretanto, uma sequência de palavras é *sem significado* se não constitui, dentro de uma linguagem específica, um enunciado. À primeira vista, pode acontecer de uma sequência de palavras aparentemente constituir um enunciado; nesse caso, nós o chamaremos de um *pseudoenunciado*. Nossa tese, portanto, é a de que a análise lógica revela que os pretensos enunciados da metafísica são na verdade pseudoenunciados.

Uma linguagem consiste de um vocabulário e uma sintaxe, isto é, um conjunto de palavras que têm significado e regras de formação de sentenças. Essas regras indicam como sentenças podem ser formadas por meio de diversas palavras. É de comum acordo que existem dois tipos de pseudoenunciados: ou eles contêm uma palavra que equivocadamente é considerada significativa, ou as palavras constituintes são significativas mas unidas de uma maneira que fere a sintaxe, formando assim um enunciado não significativo. Mostraremos com exemplos que pseudoenunciados de ambos os tipos são encontrados na metafísica. Depois investigaremos as razões que nos levam a afirmar que a metafísica em sua totalidade consiste de pseudoenunciados.

## 2. O significado de uma palavra

De uma palavra (dentro de uma linguagem definida) que tenha um significado também se diz usualmente designar um conceito; se ela apenas parece ter significado, embora não o tenha, falamos de um “pseudoconceito”. Como a origem de um pseudoconceito pode ser explicada? Cada uma das palavras de uma linguagem não foi introduzida com o propósito de expressar uma ou outra coisa, de modo a ter um significado definido desde o início de seu uso? Como pode, então, uma determinada linguagem conter uma palavra sem significado? Convenhamos, originalmente cada palavra (exceto em alguns casos raros que ilustraremos depois) tem um significado. No percurso do desenvolvimento histórico, uma palavra frequentemente muda seu significado. Também acontece, às vezes, de uma palavra perder seu sentido sem adquirir um novo. É assim que surge um pseudoconceito.

Em que consiste, portanto, *o significado de uma palavra*? Que tipo de estipulações devem ser feitas para que uma palavra tenha significado? (Não é assunto de nossa investigação se essas estipulações são formuladas explicitamente, como acontece com algumas palavras e símbolos da ciência moderna, ou se elas têm sido aceitas tacitamente, como acontece com a maioria das palavras de uma linguagem tradicional.) Em primeiro lugar, a *sintaxe* da palavra deve ser fixada, isto é, a maneira como ela aparece em uma sentença simples, onde possa ocorrer; chamamos uma sentença dessa forma de *sentença elementar*. A sentença elementar para a palavra pedra, por exemplo, é “*x* é uma pedra”; nas sentenças dessa forma, algumas designações da categoria de coisas que ocupa o lugar de “*x*” são, por exemplo, “este diamante,” “esta maçã”. Em segundo lugar, para uma sentença elementar *S* contendo a palavra, uma resposta deve ser dada para a seguinte questão, que pode ser formulada de várias maneiras:

- (1) A sentença *S* foi *deduzida* de onde, e quais sentenças são deduzidas a partir de *S*?
- (2) Sob quais condições *S* é verdadeira, e sob quais condições é falsa?
- (3) Como *S* é verificada?
- (4) Qual o significado de *S*?

O item (1) é a formulação correta; a formulação (2) está de acordo com a terminologia da lógica; a (3), com a terminologia da teoria do conhecimento; e a (4), com a filosofia (fenomenologia). Wittgenstein acertou quando disse que (2) expressa o que os filósofos entendem por (4), o significado de uma sentença consiste em suas condições de verdade. (O item [1] é a formulação “metalógica”; mais à frente faremos uma exposição detalhada da metalógica, entendida como a teoria da sintaxe e do significado, isto é, relações de dedutibilidade.)

No caso de haver muitas palavras, especificamente no caso da grande maioria das palavras científicas, é possível precisar seu significado por redução a outras palavras (constituição, definição). Por exemplo, “‘artrópodes’ são animais invertebrados que possuem patas articuladas”. Talvez a questão sobre a forma sentencial elementar da palavra “artrópode”, que é sobre a forma sentencial “a coisa *x* é um artrópode”, possa ser assim respondida: foi estipulado que uma sentença dessa forma é dedutível de premissas da forma “*x* é um animal”, “*x* é invertebrado”, “*x* possui patas articuladas”, e que inversamente cada uma dessas sentenças é dedutível da primeira sentença. É por meio dessas estipulações sobre a dedutibilidade (em outras palavras: sobre as condições de verdade, sobre o método de verificação, sobre o significado) da sentença elementar sobre “artrópode” que o significado da palavra “artrópode” é fixado. Dessa maneira, cada palavra da linguagem é reduzida a outras palavras e, finalmente, a palavras que ocorrem nas chamadas “sentenças observacionais” ou “sentenças protocolares”. É através dessa redução que a palavra adquire seu significado.

Para nossos propósitos podemos ignorar completamente a questão que diz respeito ao conteúdo e à forma das sentenças primárias (protocolares) que ainda não foram completamente estabelecidas. Na teoria do conhecimento é comum dizer que as sentenças primárias se referem “ao que é dado”; mas não existe unanimidade sobre a questão do que é dado. Às vezes a posição tomada é a de que essas sentenças falam sobre qualidades simples do sentido e da sensação [*feeling*] (por exemplo, “quente”, “azul”, “alegria” etc.); em outros casos, a inclinação é para a visão de que as sentenças

primárias se referem a experiências gerais e a relações de similaridade entre elas; outra visão ainda possível é a de que mesmo as sentenças primárias se referem a coisas. Não obstante essa diversidade de opiniões, é certo que uma sequência de palavras tem um significado apenas se as relações de dedutibilidade entre sentenças protocolares são fixadas, quaisquer que sejam as características que as sentenças protocolares possam ter; e da mesma forma, que uma palavra é significativa apenas se as sentenças nas quais ela possa ocorrer são redutíveis a sentenças protocolares.

Já que o significado de uma palavra é determinado por seu critério de aplicação (em outras palavras: por meio das relações de dedutibilidade entre suas sentenças elementares, por suas condições de verdade, pelo método de sua verificação), a estipulação dos critérios elimina a possível liberdade de alguém para decidir o que quer “significar” com a palavra. Se a palavra recebe um significado exato, o critério de aplicação deve ser preservado; mas ninguém pode, por outro lado, dar mais que um critério de aplicação, pois este é uma determinação suficiente do significado. O significado está implicitamente contido no critério; tudo o que resta a ser feito é tornar o significado explícito.

Suponhamos, através de uma ilustração, que uma pessoa inventou uma palavra, “tago”, e manteve que existem coisas que são tago e coisas que não são tago. Para aprender o significado dessa palavra, nós perguntamos a ela sobre seu critério de aplicação: como alguém decide num caso concreto se uma determinada coisa é tago ou não? Vamos começar supondo que não exista resposta para isso: não existem signos empíricos de taguidade, diz ela. Nesse caso, podemos negar a legitimidade de usar essa palavra. Se a pessoa que usa a palavra insiste em dizer que existem coisas que são tago e existem coisas que não são tago, apenas que permanece um eterno segredo para o limitado e finito intelecto do homem quais coisas são tago e quais não o são, deveríamos considerar isso um mero *flatus vocis*. Mas talvez nos assegure que apesar de tudo ele significa algo pela palavra “tago”. Mas disso aprendemos apenas o fato psicológico de que ele associa à palavra imagens e sentimentos [*feelings*]. Porém, a palavra não adquire um significado por meio de tais associações. Se nenhum critério de aplicação para a palavra é estipulado, então nada pode ser dito da sentença na qual ela ocorre, assim resultando ela em um pseudoenunciado.

Em segundo lugar, suponhamos um caso onde haja um critério de aplicação para uma nova palavra, digamos “tego”; em particular, seja a sentença “essa coisa é tego” verdadeira se, e somente se, a coisa é quadrangular (é irrelevante nesse contexto se o critério é explicitamente estipulado ou se nós o derivamos após observarmos os usos afirmativos e negativos da palavra). Então dizemos: a palavra “tego” é sinônimo da palavra “quadrangular”. E não será permitido a seus usuários dizer que, todavia, eles entendem pela palavra algo diferente de “quadrangular”; que desde então cada coisa quadrangular é também tego e vice-versa, isso é assim apenas porque a quadrangularidade é uma manifestação visível da teguidade, mas que esta por si mesma é desconhecida, não sendo ela mesma observável. Devemos repetir que depois que o critério de aplicação foi fixado, os sinônimos “tego” e “quadrangular” são da mesma forma fixados, e que não temos mais liberdade para “entender” isso ou aquilo pela palavra.

Vamos resumir brevemente o resultado de nossa análise. Seja “*a*” alguma palavra e “*S(a)*” a sentença elementar onde ela ocorre. A condição necessária e suficiente para “*a*” ser significativa pode ser dada por cada uma das seguintes formulações, que em última instância dizem a mesma coisa:

1. Os *critérios empíricos* para “*a*” são conhecidos.
2. Foi estipulado a partir de quais sentenças protocolares “*S(a)*” é *dedutível*.
3. As *condições de verdade* para “*S(a)*” foram fixadas.
4. O método de *verificação* de “*S(a)*” é conhecido.<sup>1</sup>

### 3. Palavras metafísicas sem significado

Pode-se agora mostrar que muitas palavras da metafísica não cumprem o requisito acima, e que, portanto, são desprovidas de significado.

Vamos tomar como exemplo o termo metafísico “princípio” (no sentido de princípio do ser, não princípio do conhecimento ou axioma). Vários metafísicos ofereceram uma resposta à questão sobre qual o “princípio do mundo” (ou das “coisas”, da “existência”, do “ser”), por exemplo: água, número, forma, movimento, vida, o espírito, a ideia, o inconsciente, força, o bem e assim por diante. Para descobrir o significado da palavra “princípio” nessas questões metafísicas devemos perguntar a um metafísico sob quais condições um enunciado da forma “*x* é o princípio de *y*” seria verdadeiro e sob quais condições seria falso. Ou seja: perguntamos pelo critério de aplicação ou pela definição da palavra “princípio”. O metafísico responderia mais ou menos da seguinte maneira: “*x* é o princípio de *y*” significa “*y* surge de *x*”, “o ser de *y* repousa sobre o ser de *x*”, “*y* existe por virtude de *x*” etc. Mas essas palavras são ambíguas e vagas. Frequentemente elas têm um significado claro; por exemplo, dizemos de uma coisa ou processo *y* que ele “surge” de *x* quando observamos que coisas ou processos da espécie *x* são frequentemente, ou invariavelmente, seguidos por coisas ou processos da espécie *y* (conexão causal no sentido de uma sucessão regulada por leis naturais). O metafísico, no entanto, diz-nos que não pretende dar o significado através de uma relação empiricamente observável. Pois nesse caso suas teses metafísicas seriam meramente proposições empíricas da mesma espécie daquelas da física. A expressão “surgir de” não significa aqui uma relação de sequência causal e temporal, que é o que a palavra comumente significa. Além disso, nenhum critério é especificado para qualquer outro significado. Conseqüentemente, o alegado significado “metafísico”, que a palavra supostamente tem em contraste com o significado empírico, não existe. Se refletirmos sobre o significado original da palavra “*principium*” (e da palavra grega correspondente “*αρχή*”) notaremos o mesmo desenvolvimento. A palavra é explicitamente desprovida de seu significado inicial de “origem”; não significa algo que não teve um instante anterior no tempo, mas algo anterior em algum outro sentido, de aspecto metafísico. Falta, no entanto, o critério para esse “aspecto metafísico”. Em ambos os casos, portanto, a palavra foi desprovida de seu significado original antes mesmo de ser dado um novo significado; a palavra permanece como uma concha vazia. Devido a um período anterior de uso significativo, ela ainda está associativamente conectada a várias imagens mentais; estas por sua vez serão associadas a novas imagens e sentimentos no novo contexto de uso. Mas isso não torna a palavra significativa; e ela permanece sem significado, já que nenhum método de verificação pode ser descrito.

<sup>1</sup> Para a concepção lógica e epistemológica que dá suporte à nossa exposição, mas que aqui pode ser apenas mencionada, cf. o *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein, 1922, e Carnap *Der logische Aufbau der Welt*, 1928 (N. do A.).

Outro exemplo é a palavra “Deus”. Neste caso, desconsiderando a variação de uso dentro de cada domínio, devemos distinguir o uso linguístico em três diferentes contextos ou épocas históricas, que eventualmente coexistiram. No seu uso *mitológico* a palavra tem um significado claro. Ela, ou palavras paralelas em outras línguas, é usada às vezes para denotar seres físicos que estão entronados no Monte Olimpo, no Céu ou no Hades, e que são agraciados com poder, sabedoria, bondade e felicidade em maior ou menor grau. Às vezes a palavra também se refere a seres espirituais que, de fato, não têm corpos materiais, mas mesmo assim se manifestam de alguma maneira nas coisas ou processos do mundo visível, e são, portanto, empiricamente verificáveis. No seu uso *metafísico*, por outro lado, a palavra “Deus” se refere a algo que está além da experiência. A palavra é deliberadamente despida de referência a um ser físico, ou a um ser espiritual que está imanente no físico. E como um novo significado não é atribuído, ela se torna desprovida de significado. Na verdade, freqüentemente a palavra “Deus” é vista como tendo significado, mesmo na metafísica. Mas as definições que são oferecidas, quando analisadas detidamente, mostram-se pseudodefinições. Ou elas conduzem a uma combinação de palavras logicamente ilegítima (como veremos mais à frente) ou a outras palavras metafísicas (por exemplo, “base primordial”, “o Absoluto”, “o Incondicionado”, “o autônomo”, o “autodependente” etc.), mas em nenhum caso às condições de verdade de suas sentenças elementares. Nesse caso, a palavra nem sequer cumpriu o primeiro requisito, que é o requisito para especificar sua sintaxe, isto é, a forma de sua ocorrência nas sentenças elementares. Uma sentença elementar nesse caso teria a forma “*x* é um Deus”; ou os metafísicos rejeitam essa forma sem substituí-la por outra, ou, se eles a aceitam, negligenciam-na ao não indicar a categoria sintática da variável *x*. (Categorias são, por exemplo, coisas materiais, propriedade de coisas, relações entre coisas, números etc.)

O uso *teológico* da palavra “Deus” fica entre o uso mitológico e o metafísico. Não existe um significado distintivo aqui, mas uma oscilação entre um e outro dos dois usos mencionados. Vários teólogos têm um conceito claramente empírico (na nossa terminologia, “mitológico”) de Deus. Nesse caso, não existem pseudoenunciados; mas as desvantagens para o teólogo residem na circunstância de que, de acordo com essa interpretação, os enunciados da teologia são empíricos, estando eles, portanto, sujeitos às decisões de uma ciência empírica. O uso linguístico de outros teólogos é claramente metafísico. Outros ainda não falam de nenhum modo definido; isso acontece porque se valem ora desse ora daquele uso linguístico, ou porque se expressam em termos que não são claramente classificáveis, desde que tendem a ambos os lados. Apenas considerando os exemplos examinados, “princípio” e “Deus”, podemos dizer que a maioria dos outros termos metafísicos especificados é destituída de significado, por exemplo, “a ideia”, “o Absoluto”, “o Incondicionado”, “o Infinito”, “o ser do ser”, “não ser”, “coisa em si”, “espírito absoluto”, “espírito objetivo”, “essência”, “ser em si”, “ser para si”, “imanente”, “manifestação”, “articulação”, “o Ego”, “o não Ego” etc. Essas expressões estão na mesma linha de “tago”, ou de qualquer exemplo previamente construído. O metafísico conta-nos que as condições de verdade empíricas não podem ser especificadas; se apesar disso ele pretende “significar” algo com elas, sabemos que isso é meramente uma ilusão associada a imagens e sentimentos que, no entanto, não confere um significado à palavra. Os enunciados metafísicos que contêm tais palavras não têm sentido, não asseveram nada, são meros pseudoenunciados. Investigaremos a sua origem histórica mais tarde.

#### 4. O significado de uma sentença

Até aqui consideramos apenas aqueles pseudoenunciados que contêm uma palavra sem significado. Mas existe uma segunda espécie de enunciados. Estes consistem de palavras com significado, mas as palavras são ordenadas de tal maneira a gerar um resultado não significativo. A sintaxe de uma linguagem especifica quais combinações de palavras são admissíveis e quais são inadmissíveis. A sintaxe gramatical das linguagens naturais, no entanto, não cumpre a tarefa completa de eliminação de combinações de palavras sem sentido em todos os casos. Tomemos como exemplo as seguintes sequências de palavras:

1. “César é e”
2. “César é um número primo”

A sequência de palavras (1) é formada ferindo-se a sintaxe; as regras da sintaxe requerem que a terceira posição seja ocupada não por uma conjunção, mas por um predicado, um substantivo (acompanhado de um artigo) ou então por um adjetivo. A sequência de palavras “César é um general”, por exemplo, é formada de acordo com as regras da sintaxe. É uma sequência de palavras significativa, uma sentença genuína. A sequência de palavras (2) também é sintaticamente correta, pois ela tem a mesma forma gramatical da sentença mencionada acima. Não obstante, (2) carece de significado. “Número primo” é um predicado de números, nunca pode ser afirmado ou negado a uma pessoa. Já que (2) se comporta como um enunciado, mesmo não o sendo, ou seja, não podendo asseverar algo, não expressando uma proposição verdadeira nem falsa, chamamos essa sequência de palavras de um “pseudoenunciado”. O fato de as regras da sintaxe gramatical não serem violadas facilmente pode, num primeiro momento, levar alguém à opinião errônea de que, de fato, trata-se de um enunciado, mesmo que falso. Todavia, “*a* é um número primo” é falso se, e somente se, *a* é divisível por um número natural diferente de *a* e de 1; evidentemente, é ilícito dizermos que “*a*” é “César”. Nesse exemplo, a falta de sentido pode facilmente ser detectada. Muitos dos enunciados da metafísica não são facilmente detectados como pseudoenunciados. O fato de uma linguagem natural permitir a formação de sequências de palavras desprovidas de significado sem violar as regras da gramática, indica que a sintaxe gramatical é, de um ponto de vista lógico, inadequada. Se a sintaxe gramatical correspondesse exatamente à sintaxe lógica, pseudoenunciados não poderiam surgir. Se a sintaxe gramatical diferenciar não apenas as categorias de palavras, substantivos, adjetivos, verbos, conjunções etc., mas dentro de cada uma dessas categorias ainda fizer distinções que são logicamente indispensáveis, então nenhum pseudoenunciado pode ser formado. Por exemplo, se os substantivos forem gramaticalmente subdivididos em várias espécies de palavras, de acordo com que elas designem propriedades de objetos físicos, de números etc., então as palavras “general” e “número primo” pertenceriam a categorias de palavras gramaticalmente distintas, e (2) seria linguisticamente tão incorreta quanto (1). Numa linguagem corretamente construída, portanto, toda sequência de palavras sem sentido seria da espécie do exemplo (1). Considerações acerca da gramática já eliminariam essas sequências automaticamente; isto é, para evitar a falta de sentido, seria desnecessário prestar atenção ao significado de palavras individuais além de seu tipo sintático (sua “categoria sintática”, por exemplo, coisas, propriedades de coisas, relações entre coisas, números, propriedades de números, relações entre números, e

assim por diante). Disso se segue que, se a nossa tese de que os enunciados da metafísica são pseudoenunciados é justificável, então a metafísica não pode mesmo ser expressa em uma linguagem logicamente construída. Essa é a grande importância filosófica da tarefa, de que se ocupam os lógicos atuais, de construir uma sintaxe lógica.

### 5. Pseudoenunciados metafísicos

Consideremos agora alguns exemplos de pseudoenunciados metafísicos de uma espécie onde a violação da sintaxe lógica é particularmente óbvia, embora estejam de acordo com a sintaxe gramatical tradicional. Seleccionamos algumas sentenças de uma escola metafísica que atualmente exerce grande influência na Alemanha<sup>2</sup>.

“Só o Ser deve ser investigado – e *nada* mais; o Ser isolado e mais – *nada*; apenas o Ser, e além do Ser, *nada*. *O que dizer desse Nada?* [...] *Que o nada existe apenas porque o Não, isto é, a Negação, existe?* Ou acontece o contrário? *A Negação e o Não existem apenas porque o Nada existe?* [...] Dizemos: *o Nada é anterior ao Não e à Negação.* [...] Onde encontramos o Nada? Como encontramos o Nada. [...] Conhecemos o Nada. [...] A angústia revela o Nada. [...] Aquilo por qual e pelo qual estávamos angustiados era “realmente” – nada. De fato: O Nada em si mesmo – como tal – estava presente. [...] *O que dizer desse Nada? – O Nada nadaifica.*”

Para mostrar que a possibilidade de formar pseudoenunciados tem como base um defeito lógico da linguagem, estabeleceremos o esquema abaixo. As sentenças sob a coluna I são gramática e logicamente impecáveis, portanto significativas. As sentenças sob a coluna II (exceto B3) são, do ponto de vista gramatical, perfeitamente análogas às sob I. As sentenças da forma IIA (com pergunta e resposta), de fato, não satisfazem os requisitos impostos por uma linguagem logicamente correta. Não obstante, ela é significativa, pois é traduzível em uma linguagem correta. Isso é mostrado por sentenças da forma IIIA, que têm o mesmo significado das sentenças de IIA. Sentenças da forma IIA mostram-se então indesejáveis, já que podemos transformá-las, por meio de operações gramaticais livres de defeitos ou erros, em sentenças significativas da forma IIB que foram retiradas da citação acima. Essas formas não podem ser construídas na linguagem correta da coluna III. Sua falta de sentido [*nonsensicality*], porém, não é óbvia, a princípio, pois alguém facilmente é convencido por meio de sentenças significativas IB. A falha de nossa linguagem aqui identificada está, portanto, na circunstância de que, em contraste com uma linguagem logicamente correta, são admitidas pela mesma forma gramatical sequências de palavras significativas e não significativas. A cada palavra presente nas sentenças adicionamos uma fórmula correspondente na notação da lógica simbólica; essa fórmula facilita o reconhecimento da analogia indesejável entre IA e IIA e da origem das construções desprovidas de significado de IIB.

<sup>2</sup> As citações seguintes (as originais estão em itálico) foram retiradas de M. Heidegger, *Was ist Metaphysik?*, 1929. Poderíamos ter selecionado passagens de qualquer outro dos numerosos metafísicos, do presente ou do passado; mesmo assim, as passagens selecionadas parecem-nos ilustrar bem nossa tese. (N. do A.)



### A Superação da Metafísica

I. <i>Sentenças significativas da linguagem comum</i>	II. <i>Transição de palavras com sentido para palavras sem sentido na linguagem comum</i>	III. <i>Linguagem logicamente correta</i>
<b>A.</b> O que há lá fora? <b>F (?)</b> Há chuva lá fora. <b>F (c)</b>	<b>A.</b> O que há lá fora? <b>F (?)</b> O Nada está lá fora. <b>F (n)</b>	<b>A.</b> Não existe nada (não existe algo) que está lá fora. $\neg \exists x(F(x))$
<b>B.</b> O que dizer sobre essa chuva? (Isto é, o que faz chover? Ou: o que mais pode se dizer sobre essa chuva?) <b>? (c)</b>	<b>B.</b> “O que dizer do Nada?” <b>? (n)</b>	<b>B.</b> Nenhuma dessas formas podem ser construídas.
<b>1.</b> Conhecemos a chuva. <b>Co (c)</b>	<b>1.</b> “Procuramos o Nada.” “Descobrimos o Nada.” “Conhecemos o Nada.” <b>Co (n)</b>	
<b>2.</b> A chuva chuvifica. <b>Ch (c)</b>		

Através de uma análise detalhada dos enunciados de IIB, encontramos também algumas diferenças. A construção da sentença (1) está simplesmente baseada num erro de empregar a palavra “nada” como um substantivo, pois é corriqueiro na linguagem comum utilizá-la nessa forma para construir um enunciado existencial negativo (ver IIA). Na linguagem correta, por outro lado, ela não é um *nome* particular, mas certa *forma lógica* da sentença que serve a esse propósito (ver IIIA). A sentença IIB2 adiciona algo novo, a saber, a fabricação do verbo sem significado “nadificar”. Essa sentença, portanto, é sem sentido por duas razões. Apontamos antes que palavras da metafísica sem significado usualmente devem sua origem ao fato de que a palavra significativa é privada de seu significado por meio de seu uso metafórico na metafísica. Mas aqui nos confrontamos com um daqueles raros casos em que uma palavra nova é introduzida sem nunca ter tido um significado antes. Do mesmo modo, a sentença IIB3 deve ser rejeitada por duas razões. No que se refere ao erro do uso da palavra ‘nada’ como um substantivo, ela é como as sentenças anteriores. Mas com a adição, ela encerra uma contradição. Pois mesmo que fosse admissível introduzir ‘nada’ como um nome ou descrição de uma entidade, a existência dessa entidade ainda seria negada em sua própria definição, enquanto a sentença (3) afirma sua existência. Essa sentença então seria contraditória, portanto, absurda, mesmo que ela já não tivesse significado. Na visão dos grosseiros erros lógicos que encontramos nas sentenças de IIB, podemos ser conduzidos à conjectura de que talvez a palavra “nada” tenha no tratado de Heidegger um significado inteiramente diferente do usual. E essa pressuposição torna-se mais forte quando lemos que a angústia revela o Nada, que o Nada em si está presente como uma angústia-

tia. Pois aqui a palavra 'nada' parece referir-se a certa constituição emocional, possivelmente de uma espécie religiosa, ou mesmo uma ou outra coisa que causa essas emoções. Se esse fosse o caso, então os erros lógicos mencionados na sentença IIB não seriam cometidos. Mas a primeira sentença da citação que inicia essa seção mostra que essa interpretação não é possível. A combinação de "apenas" e "nada mais" mostra que, sem dúvida, a palavra "nada" tem aqui o significado usual de uma partícula lógica que serve para a formulação de uma sentença existencial negativa. Essa introdução da palavra "nada" é então imediatamente seguida pela seguinte questão do tratado: "O que dizer desse Nada?".

Mas nossas dúvidas a respeito de uma possível má interpretação se dissipam completamente quando notamos que o autor do tratado está claramente por fora do conflito entre suas questões e seus enunciados e a lógica. "*Questões e respostas* sobre o Nada são *absurdas* por si mesmas. [...] A regra fundamental do pensamento à qual comumente se apela, a lei da [não] contradição, na '*lógica*' geral, destrói essa questão." Pior para a lógica! Devemos abolir sua soberania: "Se o poder de *entendimento* no campo de questões sobre o Ser e o Nada é destruído, então a questão da soberania da '*lógica*' dentro da filosofia também deve ser revista. A própria ideia de dissolução da '*lógica*' gira em torno de uma questão mais básica". Mas a sóbria ciência aceita girar em torno de questões que vão contra a lógica? Para essa questão existe uma resposta pronta: "A alegada sobriedade e superioridade da ciência torna-se ridícula se ela não toma o Nada seriamente". Dessa maneira, encontramos aqui uma boa confirmação de nossa tese; o próprio metafísico estabelece aqui que suas questões e respostas são irreconciliáveis com a maneira lógica e científica de pensar.

A diferença entre a nossa tese e aquelas dos *antimetafísicos anteriores* deveria agora ser clara. Não devemos tomar a metafísica como uma "mera especulação" ou "conto de fadas". Os enunciados de um conto de fadas não entram em conflito com a lógica, mas apenas com a experiência; eles são perfeitamente significativos, embora falsos. A metafísica não é "*superstição*"; é possível acreditar em proposições falsas ou verdadeiras, mas não é possível acreditar em sequências de palavras sem significado. Enunciados metafísicos não são nem mesmo aceitos como "*hipóteses de trabalho*"; pois uma hipótese deve ser capaz de entrar em relações de dedutibilidade com enunciados empíricos (verdadeiros ou falsos), justamente o que pseudoenunciados não podem fazer.

Com respeito à *limitação do conhecimento humano*, uma tentativa de salvar a metafísica talvez seja feita ao se levantar a seguinte objeção: enunciados metafísicos não são, de fato, verificáveis pelo homem ou por qualquer outro ser finito; todavia, podem ser construídos como conjecturas sobre as respostas que um ser com poderes de conhecimento superiores ou até mesmo perfeitos faria a nossas questões, e com tais conjecturas elas seriam, enfim, significativas. Contra essa objeção, deixem-nos considerar o seguinte. Se o significado de uma palavra não pode ser especificado, ou se a sequência de palavras não está de acordo com as regras da sintaxe, então alguém nem mesmo respondeu a uma questão. (Pense apenas nas seguintes pseudoquestões: "Esta mesa é tago?", "o número 7 é sagrado?", "quais números são escuros, os pares ou os ímpares?") Onde não existe questão, nem mesmo um ser onisciente pode dar uma resposta. O crítico pode agora dizer: assim como aquele que vê pode comunicar novos conhecimentos àquele que é privado da visão, um ser superior talvez pudesse nos comunicar um conhecimento metafísico, por exemplo, o de se o mundo visível é a manifestação de um espírito. Devemos refletir aqui sobre o significado de "novo conhecimento". De fato, é concebível

vel imaginar que possamos encontrar animais que nos contem sobre um novo sentido. Se esses seres nos provassem o teorema de Fermat, ou inventassem um novo instrumento físico, ou até mesmo estabelecessem uma lei da natureza ainda desconhecida, então nosso conhecimento seria incrementado com sua ajuda. Pois esse tipo de coisa podemos testar, assim como um homem cego pode compreender e testar a totalidade da física (e com isso compreender qualquer enunciado feito por aqueles que podem ver). Mas se esses seres hipotéticos nos contam algo que não podemos verificar, então não podemos compreendê-lo de qualquer forma; nesse caso, nenhuma informação nos foi comunicada, a não ser meros sons verbais desprovidos de significado, embora possivelmente associados a imagens. Segue que nosso conhecimento pode ser apenas quantitativamente aumentado por outros seres, não importando se eles conhecem menos, mais ou tudo, mas nenhum conhecimento de um tipo essencialmente diferente pode ser adicionado. O que não sabemos com certeza, talvez possamos saber com uma certeza maior através da assistência de outros seres; mas o que é ininteligível, sem significado para nós, não pode tornar-se significativo por meio da assistência de outra pessoa, por mais vasto que seu conhecimento possa ser. Portanto, nenhum deus e nenhum diabo podem nos dar conhecimento metafísico.

## 6. A falta de significado de toda a metafísica

Os exemplos de enunciados metafísicos que temos analisado foram todos retirados de um único tratado. Mas os nossos resultados se aplicam com igual validade, até mesmo de maneira verbalmente idêntica, a outros sistemas metafísicos. Esse tratado aparentemente cita com propriedade um enunciado de Hegel (“o puro Ser e o puro Nada são, portanto, um e o mesmo”). A metafísica de Hegel tem exatamente o mesmo caráter lógico que esse moderno sistema de metafísica [o sistema de Heidegger]. E o mesmo pode ser dito do resto dos sistemas metafísicos, embora a espécie de fraseologia, e com isso a espécie de erros lógicos que ocorrem neles, desviem ligeiramente da espécie que ocorre nos exemplos que discutimos.

Não será necessário invocarmos aqui mais exemplos de sentenças metafísicas em diversos sistemas e submetê-los à análise. Limitamo-nos a indicar as mais freqüentes espécies de erros.

Talvez a maioria dos erros lógicos que são cometidos quando pseudoenunciados são feitos esteja baseada nas deficiências lógicas que contaminam o uso do verbo “ser” em nossa linguagem (e de palavras correspondentes em outras linguagens, pelo menos na maioria das línguas européias). A primeira falha está na ambigüidade do verbo “ser”. Às vezes ele é usado como cópula prefixada a um predicado (“estou faminto”), às vezes para designar existência (“eu sou”). Esse erro é agravado pelo fato de os metafísicos quase sempre não estarem atentos a essa ambigüidade. A segunda falha está na forma do verbo em seu segundo significado, o significado de *existência*. A forma verbal estabelece um predicado em que não há nenhum. Na verdade, há muito tempo é sabido que a existência não é um predicado (cf. a refutação de Kant da prova ontológica da existência de Deus). Mas foi apenas com o advento da lógica moderna que a completa consistência sobre esse ponto foi alcançada: a forma sintática pela qual a lógica moderna introduz o símbolo de existência é de tal modo que ele não pode, como um predicado, ser aplicado a símbolos para objetos, mas apenas a predicados (cf., por exemplo, a

sentença IIIA na tabela acima). A maioria dos metafísicos, desde a Antiguidade, tem-se permitido seduzir por pseudoenunciados verbais, e com isso a forma predicativa da palavra “ser”, por exemplo, “eu sou”, “Deus é”.

Encontramos uma ilustração desse erro no “*cogito, ergo sum*” de Descartes. Desconsideremos aqui as objeções materiais que foram levantadas à premissa – ou seja, se a sentença “eu penso” expressa adequadamente o estado de coisas pretendido ou contém talvez uma hipótese – e considerar as duas sentenças apenas do ponto de vista lógico-formal. De início, notamos dois erros lógicos básicos. O primeiro está na conclusão “eu sou”. O verbo “ser” indubitavelmente é encontrado aqui no sentido de existência; pois uma cópula não pode ser usada sem predicado; de fato, o “eu sou” de Descartes sempre foi interpretado nesse sentido. Mas nesse caso a sentença viola a regra lógica mencionada acima de que a existência pode apenas se conectar a um predicado, não a um nome (sujeito, nome próprio). Um enunciado existencial não tem a forma “*a existe*” (como em “eu sou”, isto é, “eu existo”), mas “existe algo de uma tal espécie”. O segundo erro está na transição de “eu penso” para “eu existo”. Se do enunciado “*Pa*” (*a* tem a propriedade *P*) um enunciado existencial está sendo deduzido, então este último pode apenas asseverar a existência com respeito ao predicado *P*, não com respeito ao sujeito *a* da premissa. O que se segue de “eu sou europeu” não é “eu existo”, mas “existe um europeu”. O que se segue de “eu penso” não é “eu sou”, mas “existe algo que pensa”. A circunstância em que nossa linguagem expressa a existência por um verbo (“ser” ou “existir”) em si mesma não é uma falha lógica; é apenas inapropriado, perigoso. A forma verbal facilmente nos conduz à concepção errônea de que a existência é um predicado. Isso leva a modos de expressão logicamente incorretos e sem sentido, como foi examinado. Do mesmo modo, formas como “ser” ou “não ser”, que desde tempos imemoriáveis tiveram grande importância na metafísica, têm a mesma origem. Em uma linguagem logicamente correta, essas formas não podem nem mesmo ser construídas. Aparentemente no latim e no alemão, as formas “*ens*” ou “*das Seiende*” foram, talvez por causa da influência sedutora do exemplo grego, introduzidas especificamente para uso dos metafísicos; dessa maneira, a linguagem foi deteriorada logicamente, enquanto se pensava que a adição representava um avanço.

Outra violação bastante frequente da sintaxe lógica é a “*confusão de tipos*” dos conceitos. Enquanto os erros previamente mencionados consistem no uso predicativo de um símbolo com significado não predicativo, nesse caso um predicado é usado, de fato, como um predicado, ainda que de tipo diferente. Um exemplo ilustrativo é a sentença discutida anteriormente: “César é um número primo”. Nomes de pessoas e nomes de números pertencem a diferentes tipos lógicos, resultando em predicados de pessoas (por exemplo, “general”) e predicados de números (“número primo”). O erro da confusão de tipos não é, ao contrário do uso discutido previamente do verbo “ser”, prerrogativa da metafísica, mas ocorre também com bastante frequência na linguagem cotidiana. Mas neste último caso, ele raramente conduz a expressões sem sentido. A ambigüidade de tipos das palavras é de tal espécie que pode ser facilmente removida.

Exemplo: 1. “Essa mesa é maior que aquela”; 2. “A altura dessa mesa é maior que a altura daquela mesa”. Aqui a palavra “maior” é usada em (1) para uma relação entre objetos, em (2) para uma relação entre números, portanto, por duas categorias sintáticas distintas. O equívoco nesse caso não é importante; “maior1” é então definida em termos de “maior2”, declarando que o enunciado da forma (1) é sinônimo de (2) (e outros de uma espécie similar).

Já que a confusão de tipos não causa nenhum problema na linguagem cotidiana, quase sempre ela é completamente ignorada. Isto é, na verdade, expediente para o uso cotidiano da linguagem, mas tem causado consequências desastrosas à metafísica. O condicionamento da linguagem cotidiana leva a metafísica a uma confusão de tipos que, ao contrário daqueles ocorridos apenas na linguagem cotidiana, não são mais traduzíveis para uma forma logicamente correta. Pseudoenunciados dessa espécie são encontrados em grande quantidade nos escritos de Hegel e Heidegger, por exemplo. O último adotou muitas peculiaridades do idioma hegeliano, junto com suas falhas lógicas (por exemplo, predicados que deveriam ser aplicados a objetos de certo tipo, são em vez disso aplicados a predicados desses objetos, ou ao “ser” ou “existência”, ou mesmo a relações entre esses objetos).

Tendo chegado à conclusão de que muitos enunciados metafísicos não têm significado, levantamos a questão de se não existiria, talvez, um núcleo de enunciados significativos na metafísica que permaneceria depois da eliminação de todos aqueles que não têm significado.

Os resultados que obtemos aqui podem levar à visão de que existem muitos perigos de cometermos disparates na metafísica, e que alguém, que deseje fazer metafísica, deve evitar essas armadilhas com muito cuidado. Mas no momento a situação é a de que enunciados metafísicos significativos são impossíveis. Isso se segue da tarefa à qual a própria metafísica se propõe: descobrir e formular uma espécie de conhecimento que não seja acessível à ciência empírica.

Vimos anteriormente que o significado de um enunciado está no método de sua verificação. Um enunciado diz tanto quanto é verificável a seu respeito. Portanto, uma sentença pode ser usada apenas para asseverar uma proposição empírica, se é que ela é usada para asseverar alguma coisa. Se algo estivesse, a princípio, além da experiência possível, não poderia ser nem pensado nem questionado.

Enunciados (significativos) são divididos nas seguintes espécies. Em primeiro lugar, existem enunciados que são verdadeiros apenas em virtude de sua forma (tautologias, de acordo com Wittgenstein; eles correspondem aproximadamente aos “juízos analíticos” de Kant). Eles não dizem nada sobre a realidade. As fórmulas da lógica e da matemática são dessa espécie. Eles não são em si mesmos enunciados factuais, mas servem para a transformação de tais enunciados. Em segundo lugar, existem as negações desses enunciados (as “*contradições*”). Eles são autocontraditórios, portanto falsos em virtude de sua forma. Com respeito a todos os outros enunciados, a decisão sobre sua verdade ou falsidade está nas sentenças protocolares. Eles são, portanto, enunciados empíricos (verdadeiros ou falsos) e pertencem ao domínio das ciências empíricas. Qualquer enunciado que alguém pretenda construir, e que não se encaixe nessas categorias, torna-se automaticamente sem significado. Desde que a metafísica não pretenda asseverar proposições analíticas, nem se encaixa no domínio das ciências empíricas, ela é levada a empregar palavras que não têm nenhum critério de aplicação especificado, e que são, portanto, desprovidas de sentido; ou também combinar palavras significativas de tal modo que nem um enunciado analítico (ou contraditório) nem um enunciado empírico é produzido. Em qualquer um dos casos, são produzidos pseudoenunciados.

A análise lógica dá então o veredicto da falta de significado de qualquer suposto conhecimento que deseje estar acima ou além da experiência. Esse veredicto atinge, em primeiro lugar, qualquer metafísica especulativa, qualquer suposto conhecimento por *puro pensamento* ou por *pura intuição* que pretende ser possível sem a experiên-

cia. Mas o veredicto aplica-se igualmente à espécie de metafísica que, partindo da experiência, pretende adquirir conhecimento sobre aquilo que transcende a experiência por meio de *inferências* especiais (por exemplo, a tese dos neovitalistas da presença de uma “entelêquia” atuante nos processos orgânicos, que supostamente não pode ser entendida em termos da física; a questão diz respeito à “essência da causalidade”, transcendendo a verificação de certas regularidades da sucessão; o discurso sobre a “coisa em si”). Além do mais, o mesmo julgamento deve ser aplicado à toda a *filosofia das normas*, ou *filosofia dos valores*, à qualquer ética ou estética como uma disciplina normativa. Pois a validade objetiva de um valor ou norma não é empiricamente verificável nem dedutível de enunciados empíricos; portanto, não pode nem mesmo ser asseverado (em um enunciado significativo). Em outras palavras, ou critérios empíricos são indicados para o uso de “bom” e “belo”, e o resto dos predicados que são empregados nas ciências normativas, ou eles não são. No primeiro caso, um enunciado contendo tal predicado se torna um julgamento factual, mas não um julgamento de valor; no segundo caso, ele se torna um pseudoenunciado. É totalmente impossível criar um enunciado que expresse um julgamento de valor.

Por fim, o veredicto da falta de significado também atinge aqueles movimentos metafísicos, isto é, o *realismo* (à medida que pretende afirmar mais que o fato empírico de que a sequência de eventos exhibe certa regularidade, que torna possível a aplicação do método indutivo) e seus oponentes: *idealismo* subjetivo, solipsismo, fenomenalismo e *positivismo* (em outro sentido).

Mas, então, o que sobra para a *filosofia*, se todos os enunciados, quaisquer que sejam, que dizem algo são de uma natureza empírica e pertencem às ciências factuais? O que sobra não são enunciados, nem uma teoria, nem um sistema, mas apenas um *método*: o método de análise lógica. A discussão anterior ilustrou a aplicação negativa desse método: naquele contexto, ele serviu para eliminar palavras sem sentido, pseudoenunciados sem sentido. Em seu uso positivo, ele serve para clarificar conceitos e proposições significativas, estabelecer fundamentos lógicos para as ciências factuais e para a matemática. A aplicação negativa do método é necessária e importante na presente situação histórica. Mas mesmo na sua prática atual, a aplicação positiva é mais fértil. Não podemos discuti-la em grandes detalhes. É tarefa da análise lógica investigar, a partir dos fundamentos lógicos, o que significa “*filosofia científica*”, em contraste à metafísica.

A questão que diz respeito ao caráter lógico dos enunciados que obtemos como o resultado de uma análise lógica, por exemplo, o enunciado ocorrendo neste e em outros artigos lógicos, pode ser respondida aqui apenas tentativamente: tais enunciados são parcialmente analíticos, parcialmente empíricos. Pois estes enunciados sobre enunciados e partes de enunciados pertencem em parte à metalógica pura (por exemplo, “uma sequência consistindo de símbolos de existência e um substantivo não é uma sentença”), em parte à metalógica descritiva (por exemplo, “a sequência de palavras tal e tal num lugar em tal e tal livro é sem significado”). A metalógica será discutida em outro lugar. Também será mostrado que a metalógica, que fala sobre sentenças de uma determinada linguagem, pode ser formulada nessa própria linguagem.

## 7. A metafísica como expressão de uma atitude perante a vida

Nossa afirmação de que os enunciados da metafísica são inteiramente sem significado, que eles não asseveram coisa alguma, levaria mesmo aqueles que concordam intelectualmente com os nossos resultados a um doloroso sentimento de estranheza: como poderia ser explicado que muitos homens, de todas as épocas e nações, entre eles, mentes eminentes, dispensaram tanta energia, com tanto fervor, sobre a metafísica se esta consiste em nada mais que meras palavras, reunidas de uma maneira sem sentido? E como alguém poderia se posicionar diante do fato de que livros de metafísica exerceram uma forte influência nos leitores de hoje, se eles não contêm nem mesmo erros, mas nada? Estas dúvidas justificam-se porque, de fato, a metafísica possui um conteúdo; mas esse conteúdo não é teórico. Os (pseudo) enunciados da metafísica não servem para a descrição de estados de coisas, nem existentes (neste caso, eles seriam enunciados verdadeiros) nem não-existentes (neste caso, pelo menos, eles seriam falsos). Eles servem para a expressão da atitude geral de uma pessoa perante a vida (*“Lebenseinstellung, Lebensgefühl”*).

Talvez possamos assumir que a metafísica tem origem na mitologia. A criança fica com raiva da “mesa malvada” que a machucou. O homem primitivo se esforçava para conciliar-se com o ameaçador demônio dos terremotos, ou ele adorava a deusa da fertilidade, em gratidão. Confrontamos aqui personificações de fenômenos naturais, que são a expressão quase poética da relação emocional do homem com seu meio. O patrimônio da mitologia é transmitido, por um lado, ao poeta, que produz e intensifica os efeitos da mitologia sobre a vida de maneira deliberada; por outro lado, ele é decretado pela teologia, que desenvolve a mitologia como um sistema. Qual é a função histórica da metafísica? Talvez possamos tomá-la como um substituto para a teologia ao nível do pensamento sistemático, conceitual. As (supostas) origens transcendentais do conhecimento da teologia são substituídas aqui por uma origem natural do conhecimento, ainda que supostamente transempírica. Por meio de uma inspeção minuciosa, o mesmo conteúdo da mitologia, às vezes sob outra roupagem, pode ser reconhecido: pensamos que a metafísica também surge da necessidade de dar expressão a uma atitude emotiva perante a vida, à postura emocional e volitiva do homem diante de seu meio, da sociedade, das tarefas às quais ele se devota, dos infortúnios que o acometem. Essa mesma atitude se manifesta, inconscientemente como uma regra, em tudo o que um homem faz ou diz. Podemos até considerar a possibilidade de que essa situação chegue a influenciar as expressões faciais de alguém, ou até mesmo no estilo de seu andar. Muitos sentem o desejo de ter, além dessas manifestações, uma expressão especial de sua atitude, mais concentrada e penetrante. Se essas pessoas têm talento artístico, elas são capazes de se expressar produzindo uma obra de arte. Muitos escritores elucidaram a maneira pela qual a atitude básica é manifestada no estilo e na forma de uma obra de arte (por exemplo, Dilthey e seus discípulos). (Relacionado a isso, o termo “visão de mundo” [*“Weltanschauung”*] é freqüentemente utilizado; preferimos evitá-lo por causa de sua ambigüidade, que torna menos clara a diferença entre atitude e teoria, a diferença que é de decisiva importância para nossa análise.) O que é essencial aqui para as nossas considerações é somente o fato de que a arte é um meio adequado para a expressão da atitude básica perante a vida, a metafísica não. É claro que não há uma objeção intrínseca a quem use essas expressões. Mas no caso da metafísica, encontramos essa situação: através da forma de suas obras, pretendem ser algo que não são. A

forma em questão é aquela de um sistema de enunciados que estão aparentemente ordenados como premissas e conclusões, isto é, a forma de uma teoria. Deste modo, a ficção do conteúdo teórico é produzida enquanto, como temos visto, não existe tal conteúdo. Não apenas o leitor, mas o próprio metafísico sofre da ilusão de que os enunciados metafísicos dizem algo, descrevem estados de coisas. O metafísico acredita transitar no terreno do verdadeiro e do falso. Mas na realidade, entretanto, ele não tem dito nada, mas apenas expressado algo, como um artista. Que o metafísico está assim iludindo a si mesmo, não pode ser inferido do fato de que ele seleciona a linguagem como o meio de expressão e sentenças declarativas como a forma de expressão; pois os poetas fazem o mesmo sem sucumbir à autoilusão. Mas o metafísico suporta seus enunciados através de argumentos; exige consentimento ao seu conteúdo; polemiza contra metafísicos de diferentes orientações, tentando refutar suas asserções em seu tratado. Poetas, por outro lado, não tentam refutar em seus poemas os enunciados dos poemas de outro poeta; eles sabem que se encontram no domínio da arte, e não no domínio da teoria.

Talvez a música seja o meio mais puro de expressão da atitude básica, pois ela é livre de qualquer referência a objetos. A atitude ou sentimento harmonioso que o metafísico tenta expressar em um sistema monista é mais adequadamente expressado na música de Mozart. E quando um metafísico dá expressão verbal à sua atitude dualista-heroica perante a vida em um sistema dualista, talvez não seja porque falta a ele a habilidade de um Beethoven para expressar sua atitude em um meio adequado? Metafísicos são músicos sem habilidade musical. Em vez disso, eles têm uma forte inclinação para trabalhar no meio do teórico, para conectar conceitos e pensamentos. Agora, em vez de utilizar, por um lado, sua inclinação no domínio da ciência, e satisfazer, por outro lado, a sua necessidade para se expressar na arte, o metafísico confunde os dois, e produz uma estrutura que não contribui em nada para o conhecimento e que é algo inadequado para a expressão da atitude.

Nossa conjectura de que a metafísica é um substituto, embora inadequado, para a arte, parece ser confirmada pelo fato de que o metafísico que teve um alto nível de talento artístico, a saber, Nietzsche, evitou quase por completo o erro de cair nessa confusão. Uma grande parte de seu trabalho tem predominantemente conteúdo empírico. Lá encontramos, por exemplo, análises históricas de determinados fenômenos artísticos, ou uma análise histórico-psicológica da moral. Entretanto, na obra em que ele expressa mais enfaticamente aquilo que outros expressam através da metafísica ou da ética, no *Assim falou Zaratustra*, Nietzsche não escolhe a forma teórica equivocada, mas explicitamente a forma de arte, de poesia.

### Observações do autor (1957)

*Na seção 1, "metafísica".* Esse termo é usado neste artigo, como é usual na Europa, para referir-se ao alegado campo de conhecimento da essência das coisas que transcendem o reino do empiricamente estabelecido, das ciências indutivas. A metafísica, nesse sentido, inclui sistemas como aqueles de Fichte, Schelling, Hegel, Bergson, Heidegger. Mas ela não inclui empreendimentos como o de uma síntese e generalização dos resultados das várias ciências.

*Na seção 1, "significado".* Hoje nós distinguimos várias espécies de significado, em particular, significado cognitivo (designativo, referencial) por um lado, e componen-



tes de significado não cognitivo (expressivo), por exemplo, emotivo e motivacional, por outro lado. No presente artigo, a palavra “significado” é sempre entendida no sentido de “significado cognitivo”. A tese de que as sentenças da metafísica carecem de significado é, assim, entendida no sentido de que elas não têm significado cognitivo, nenhum conteúdo asseverativo. O fato psicológico óbvio de que eles têm significado expressivo talvez não seja negado; isso é explicitamente colocado na seção 7.

Na seção 6, “*meta-lógica*”. Esse termo se refere à teoria das expressões de uma linguagem, e, em particular, de suas relações lógicas. Hoje distinguimos a sintaxe lógica, como a teoria das relações puramente formais, da semântica, como a teoria do significado e das condições de verdade.

Na seção 6, “*realismo e idealismo*”. Que ambas as teses, afirmativa e negativa, com respeito à realidade do mundo exterior são pseudoenunciados, eu tentei mostrá-lo na monografia *Scheinproblem in der Philosophie. Das Fremdpsychische und der Realismusstreit* (Berlin: 1928). Teses ontológicas similares sobre a realidade ou irrealidade de entidades abstratas, por exemplo, propriedades, relações, proposições, são discutidas em “Empirismo, semântica e ontologia” (*Revue Intern. de Philos*, v. 4, 1950, p. 20-40; reimpresso em: *Significado e necessidade*. 2. ed. Chicago: 1956).

### Endereço / Address

William Steinle  
Centro Universitário Assunção – UNIFAI  
R. Afonso Celso, 711 - Vila Mariana  
São Paulo – SP  
CEP: 04119-060

Data de recebimento: 6/4/2009

Data de aprovação: 18/9/2009